



Uma questão racial na universidade: experiências de estudantes negras, desafios e estratégias de resistência no ensino superior

A racial issue in the university: experiences of black women students, challenges, and strategies of resistance in higher education

Educación superior y los desafíos de la inclusión/exclusión y la permanencia para la promoción de aprendizajes

Kellen Oliveira Garcia¹

Psicóloga formada pela Universidade Federal de São João del Rei (UFSJ), São João del Rei/MG, Brasil

Isabela Saraiva de Queiroz²

Docente do Departamento de Psicologia da Universidade Federal de São João del Rei, São João del Rei/MG, Brasil

Larissa Cristine Oliveira Ribeiro³

Mestranda em Psicologia pela Universidade Federal de São João del Rei, São João del Rei/MG, Brasil

Recebido em: 14/08/2025

Aceito em: 22/10/2025

Resumo

O artigo analisa a problemática racial nas experiências de acesso e permanência de estudantes negras nas Instituições de Ensino Superior (IES) do Brasil, considerando as barreiras impostas por racismo e sexismo enquanto elementos estruturantes da sociedade. A pesquisa bibliográfica possibilitou a compilação de relatos de estudantes negras de diferentes IES e suas experiências foram analisadas por meio da análise de conteúdo e do arcabouço teórico do feminismo negro e decolonial. Os resultados indicaram desigualdades estruturais no acesso à educação básica de qualidade; a ausência de pertencimento e representatividade no ambiente acadêmico; e o epistemicídio como fenômeno que apaga saberes e subjetividades não-hegemônicas. O estudo reforça a necessidade de ações institucionais que promovam o acesso e a permanência de estudantes negras, contribuindo para o debate iniciado pelo movimento negro sobre políticas de inclusão no ensino superior.

Palavras-chave: Mulheres negras. Ensino superior. Racismo.

¹ kellenoliveira31@gmail.com.

² isabelasq@ufsj.edu.br.

³larissaribeiroo.psi@gmail.com.

Abstract

The article examines the racial issues involved in the access and retention experiences of Black women students in Higher Education Institutions (HEIs) in Brazil, considering the obstacles imposed by racism and sexism as structural elements of society. The bibliographic research enabled the compilation of reports from Black women students from different HEIs, whose experiences were analyzed through content analysis and within the theoretical framework of Black and decolonial feminism. These findings reveal structural inequalities in access to quality basic education; a lack of a sense of belonging and representation in the academic spaces; and epistemicide as a phenomenon that erases non-hegemonic knowledge and subjectivities. The study reinforces the need for institutional actions that promote the access and retention of Black women students, contributing to the debate initiated by the Black movement on inclusion policies in higher education.

Keywords: Black women. Higher education. Racism.

Resumen

El artículo analiza la Educación Superior, con énfasis en el acceso, permanencia y éxito académico. Se parte del problema de que las barreras estructurales, pedagógicas y socioeconómicas aún comprometen las trayectorias de los estudiantes, especialmente de aquellos en situación de vulnerabilidad. El objetivo central es mapear y analizar las condiciones que influyen en la permanencia y en el éxito estudiantil. La metodología incluye una investigación bibliográfica y documental, con análisis de microdatos del Censo de la Educación Superior (INEP, 2018) y de artículos publicados en revistas Qualis A1/A2 (entre 2010 y 2018). El estudio dialoga con experiencias institucionales, como el AGRAD/CE/UFPB, que tiene como objetivo crear estrategias institucionales para disminuir los índices de abandono/ evasión y ampliar la inclusión y permanencia de los estudiantes de grado. Los resultados preliminares indican que la gestión académica debe considerar factores previos, institucionales y relacionales que influyen en la acogida, la permanencia y el éxito de los estudiantes en la educación superior, garantizando un apoyo académico, estructural y social adecuado.

Palabras clave: Educación Superior. Permanencia Estudiantil. Inclusión.

Introdução

Esta investigação busca analisar as múltiplas intersecções de opressões que atravessam o ingresso e a permanência de estudantes negras nos espaços universitários, compreendendo os dispositivos sócio-históricos-culturais que operam como fatores elementares dos desafios decorrentes deste processo. Para iniciar a discussão, é preciso situar o lugar que essas estudantes ocupam na sociedade. Por trás de cada uma delas há histórias que revelam os desafios enfrentados para chegar às Instituições de Ensino Superior (IES) e, embora singulares, muitas dessas trajetórias se cruzam em problemáticas comuns às mulheres negras no Brasil.

Ao discutir a questão da juventude negra brasileira, Lélia Gonzalez (2020) aborda questões relativas ao desemprego e ao subemprego, que incidem majoritariamente sobre as mulheres negras. Elemento crucial para o entendimento dessa questão, a noção de classe social mostra-se muito atrelada à questão racial no cenário brasileiro, destinando os níveis socioeconômicos mais baixos à população negra. Com isso, a luta pela sobrevivência na sociedade capitalista convoca, desde cedo, as mulheres negras a

aderirem à força de trabalho, muitas vezes de forma precarizada. Assim, devido à dinâmica do racismo e suas práticas, essas mulheres encontram-se em constante situação de desvantagem em termos de educação, de trabalho e até mesmo de acesso ao lazer (Gonzalez, 2020).

No tocante ao processo de inserção nas IES, sua ocupação por mulheres negras não se dá sem resistência, pois, apesar da população negra ser predominante no Brasil, determinados espaços permanecem sendo destinados à parcela branca da população, devido à herança escravocrata que instaurou historicamente, nas estruturas da sociedade, a exclusão do povo negro.

Além do enfrentamento decorrente do imaginário social, que associa as mulheres negras a posições de subserviência, sua existência dentro das IES é atravessada pelo epistemicídio (Carneiro, 2023), que, junto com o racismo científico, coloca pessoas negras na posição de meras consumidoras de saberes e conhecimentos que já chegam prontos e formulados pela supremacia branca. Dessa forma, ao mesmo tempo em que o epistemicídio opera como barreira para a inserção e a permanência de mulheres negras no ensino superior, e posteriormente para sua ascensão no mercado de trabalho, torna-se também o principal elemento que endossa as práticas e conhecimentos produzidos pela cultura hegemônica.

Sob a luz das contribuições da historiadora e teórica feminista Joan Scott (1999), compreendemos o conceito de “experiência” como um construto social e histórico. Assim, diferentemente do que o senso comum aponta, as experiências não estão meramente postas para os indivíduos, uma vez que se dão no interior de processos identitários fundamentados em relações discursivas (Scott, 1999). Logo, o primeiro passo para se pensar a experiência é compreender os processos subjacentes que a constituem, sendo este um fenômeno que necessita ser apreendido em sua época, no seu contexto discursivo e levando em consideração as estruturas de poder que regulam a sociedade (Scott, 1999).

Ademais, debater as experiências de estudantes negras no ensino superior, no que tange a seu acesso e permanência, nos aproxima dos conceitos de autodefinição e autoavaliação, de Patrícia Hill Collins (2016). A autora convoca mulheres negras ao trabalho de autodefinição, que envolve desafiar o processo de validação do conhecimento político que resultou em imagens estereotipadas, externamente definidas, da condição da mulher negra, que objetivaram controlá-la e desumanizá-la; e de autoavaliação, que envolve substituir imagens externamente definidas por imagens autênticas de mulheres negras, enfatizando o conteúdo específico de suas autodefinições.

Assim, as mulheres negras que sustentam sua permanência dentro das IES, em suma, subvertem a reprovação à qual são atreladas pela conjuntura histórica e social que prepondera no imaginário coletivo, por meio da afirmação de outras significações para a sua existência, fundamentadas em imagens

que refletem sua potência criativa, para além dos ditames das epistemes produzidas no âmbito do sistema colonial de gênero (Segato, 2021).

Dando sequência ao debate apresentado, este artigo tem como objetivo discutir as experiências de estudantes negras nos processos de acesso e permanência nas IES, compreendendo tais experiências como atravessadas por estruturas históricas e sociais que operam na produção de desigualdades. A partir da perspectiva crítica do feminismo negro e decolonial, buscou-se compreender como as dinâmicas do racismo, do sexismo e do colonialismo se manifestam como dispositivos de exclusão, impactando a experiência dessas mulheres no contexto universitário.

A metodologia utilizada foi a pesquisa bibliográfica narrativa. Conforme Köche (2003), essa abordagem permite articular referenciais teóricos diversos, aprofundando a compreensão da problemática investigada. Foram incorporados referenciais que dialogavam com o pensamento decolonial e o feminismo negro, bem como estudos sobre as intersecções entre gênero, raça e ensino superior, com ênfase em produções de autoras negras. A perspectiva narrativa adotada possibilitou contextualizar, interpretar e articular tais contribuições, indo além de um simples levantamento, e permitindo uma análise crítica e aprofundada do tema da pesquisa.

A pesquisa bibliográfica foi realizada nas plataformas Google Acadêmico, SciELO e PePSIC, com os seguintes descritores: mulheres negras, ensino superior e racismo. Foram incluídos artigos com perspectiva analítica crítica interseccional de raça e gênero, publicados de 2018 a 2024, período que abrange os efeitos recentes da Lei de Cotas - Lei nº 12.711 (Brasil, 2012) e dados atualizados do IBGE, como os levantamentos de 2022 divulgados pela CNN Brasil (2023). Foram selecionados estudos qualitativos que contivessem dados de entrevistas, narrativas ou relatos autobiográficos que abordassem as dimensões subjetivas e políticas das experiências. Excluíram-se trabalhos exclusivamente quantitativos ou sem aprofundamento nas temáticas do racismo e do sexismo.

Para compor o *corpus* da pesquisa, selecionamos artigos que apresentavam relatos de vivências de estudantes negras em IES do Brasil, o que possibilitou uma aproximação das experiências vividas por esse grupo social. Foram considerados os relatos apresentados em primeira pessoa e a análise de conteúdo buscou compreender os significados, valores e atitudes presentes nas falas das estudantes, explorando aspectos que não se reduzem a variáveis mensuráveis. O objetivo foi identificar relações, similaridades, diferenças e complementaridades entre os materiais coletados.

A busca por artigos que apresentavam relatos pessoais representou um desafio significativo, pois a maioria das produções priorizava abordagens quantitativas ou análises teóricas. Por fim, considerando

os critérios de inclusão e exclusão definidos e as limitações de abrangência e foco, selecionamos 08 artigos para compor o *corpus* da pesquisa. A Tabela 1 a seguir apresenta informações sobre cada um deles.

Tabela 1
Levantamento de pesquisas sobre o tema

Título	Autoria	Método	Público-alvo	Universidade	Região	Tipo de IES
O racismo institucional na universidade e consequências na vida de estudantes negros: um estudo misto (2024)	Nathalia Ester Martins Guerra Natália Sevilha Stofel Flávio Adriano Borges Willian Fernandes Luna Natália Rejane Salim Barbara Stefani Morais Sá Juliana Monteiro	Estudo Misto	Estudantes negros	Universidade Federal de São Carlos	São Carlos, São Paulo, Brasil	Pública
As (re)configurações subjetivas e identitárias de negros na universidade: fricções epistêmicas e aquilombamento acadêmico (2021)	João Paulo Siqueira Rodrigo Maciel Ramos	Pesquisa qualitativa com entrevistas semiestruturadas, inspirada na epistemologia qualitativa e no método construtivo - interpretativo	Estudantes negros de graduação e pós-graduação pertencentes a coletivos negros	Universidade de Brasília	Brasília, Brasil	Pública
Dinâmica de prazer e sofrimento de estudantes negras de faculdades de Brasília - epistemocídio, racismo e machismo (2019)	Flávia Oliveira Tayane Nunes Carla Antloga	Entrevistas semiestruturadas analisadas com o software Iramuteq	Estudantes de graduação que se identificaram como negras	Não especificado	Brasília, Brasil	Não especificado
Mulheres negras, ensino superior e sucesso profissional: enfrentando o racismo (2021)	Alessandra Barbosa Santos	Pesquisa qualitativa utilizando relatos autobiográficos	Mulheres negras que passaram pelo ensino superior	Não especificado	Não especificado	Não especificado

Título	Autores(as)	Método	Público-alvo	Universidade	Região	Tipo de IES
Racismo e participação social na universidade: experiências de estudantes negras em cursos de saúde (2021)	Ana Cristina de Oliveira Valério Waldez Cavalcante Bezerra Vanessa Silva dos Santos Jaime Daniel Leite Junior Magno Nunes Farias Salete Maria Bernardo dos Santos	Estudo qualitativo com grupo focal	Estudantes negras de cursos de saúde	Não especificado	Alagoas, Brasil	Pública
Inserção e permanência de prounistas negras: uma experiência institucional em análise (2022)	Maria Mônica Gomes Divino Roberta Carvalho Romagnoli	Entrevistas grupais online com quatro estudantes negras	Estudantes negras beneficiárias do Prouni	Não especificado	Não especificado	Privada
Estilhaçando a máscara do silenciamento: movimentos de (re)existência de estudantes negros /negras (2020)	Evellyn Gonçalves da Rosa Míriam Cristiane Alves	Pesquisa qualitativa utilizando entrevistas abertas	Quatro estudantes negros/negras	Universidade Federal de Pelotas	Rio Grande do Sul, Brasil	Pública
Mulheres negras acadêmicas: preconceito, discriminação e estratégias de enfrentamento em uma universidade pública do Brasil (2018)	Bruna Lanzoni Muñoz Gisela Lays dos Santos Oliveira Alessandro de Oliveira dos Santos	Pesquisa qualitativa descritiva utilizando entrevistas	Quinze mulheres negras da Universidade	Universidade Federal de São Paulo	São Paulo, Brasil	Pública

Fonte: Elaborado pelas autoras (2025).

Desenvolvimento

Para elucidar a questão lançada nesta pesquisa, foi necessário traçar um caminho que permitisse compreender a complexidade das experiências das estudantes negras no ensino superior, explicitando o lugar que a mulher negra tem ocupado no tecido social, dado que, mesmo que separadas por muros, as IES refletem por dentro tudo aquilo que acontece na sociedade (Gonçalves; Ambar, 2015). Para tanto, foram elaboradas três categorias de análise, a partir dos relatos acessados, das hipóteses e dos objetivos propostos, que serão discutidas a seguir: as dificuldades relacionadas ao acesso às IES; a branquitude, o epistemicídio e os desafios à permanência no ensino superior; e, por fim, as estratégias de resistência e enfrentamento ao racismo no ambiente acadêmico.

Dificuldades no acesso às Instituições de Ensino Superior (IES)

No tocante à presença de mulheres negras no nível superior de ensino, as taxas ainda hoje são baixas se comparadas as de outros grupos inseridos nos mesmos espaços (Góis, 2008). Tal fato tem relação direta com a realidade vivenciada pela mulher negra no Brasil, um país pautado pela discriminação de sexo e raça, sendo essa mulher, historicamente, o segmento mais explorado e oprimido da sociedade brasileira (Gonzalez, 2020).

Desde o período pós-abolição, as mulheres negras foram proibidas por lei de estudar, sendo excluídas do novo projeto de nação que se constituía na época, sem emprego, sem terra e sem dinheiro. As mulheres negras que já trabalhavam nas casas dos senhores e das senhoras permaneceram na ocupação desses postos, sendo o trabalho de manutenção do lar, do cuidado e da reprodução o único cabível para elas. Nesse sentido, o trabalho doméstico surge como um reflexo da modernização do trabalho escravo.

De acordo com o canal de notícias Agência Brasil, em 2022 as mulheres negras totalizavam 65% das trabalhadoras domésticas no país, recebendo menos que os demais segmentos da sociedade para realizar um trabalho marcado pela precarização e informalidade. Logo, devido à desigualdade no Brasil, as mulheres negras foram convocadas desde cedo a assumirem os *status* mais baixos da sociedade e o reflexo disso transparece nas limitações no acesso ao ensino superior e na ocupação de espaços de poder.

Conforme apontado pela Agência Tatu (2024), as mulheres representam mais de 60% dos concluintes de cursos de graduação no Brasil. Consequentemente, há uma maior concentração feminina no ensino superior, cabendo salientar as conquistas dos movimentos feministas pela equidade de gênero e garantia dos direitos das mulheres, que possibilitaram que elas ocupassem espaços que outrora foram destinados apenas aos homens e se fazendo presentes também nas IES. No entanto, tal avanço não tem beneficiado na mesma proporção as mulheres negras brasileiras.

De acordo com a Associação Brasileira das Universidades Comunitárias (ABRUC, 2024), o percentual de mulheres brancas com ensino superior é o dobro do registrado entre pretas ou pardas. Dessa maneira, em comparação às mulheres brancas, a presença de mulheres negras no ensino superior ainda é pequena ou residual e o panorama dessa presença preta se rebaixa ainda mais em cursos tidos como valorizados pelo imaginário social. Em cursos como Medicina, Direito, Psicologia e nas Engenharias, que, de acordo com o senso comum, são carreiras mais relevantes e dignas de maior bonificação salarial, a presença de mulheres negras é ainda mais escassa, para não se dizer nula (Góis, 2008).

Um fator elementar atrelado à classe social que exemplifica a magnitude da problemática das diferenças de oportunidades no acesso às IES, trata-se da disparidade entre o ensino público e o privado no Brasil. A crise da educação pública no país, com a desvalorização da figura do professor, as condições de trabalho precarizadas e a ausência de recursos didáticos e pedagógicos, tem conduzido à expansão do setor privado de ensino (Góis, 2008). Como consequência, o ensino privado surge como referência de melhor qualidade educacional, no entanto, trata-se de um ensino elitizado, para poucos, servindo apenas àqueles que detém determinada concentração de riqueza, não englobando, mais uma vez, a população negra, que teve a pobreza instituída como condição crônica de sua existência (Gonzalez, 2020).

Tal fato não é mera casualidade e a ausência de mulheres negras no ensino superior e, principalmente, em cursos de alta valoração social, advém dessas circunstâncias, uma vez que a qualidade do ensino que tiveram anteriormente é a base para sua aprovação nos vestibulares e cumprimento adequado das disciplinas das grades curriculares do ensino superior. Devido a essas fragilidades educacionais, decorrentes da baixa qualidade do ensino público oferecido anteriormente, muitos desafios se apresentam nos cursos de graduação. Sobre isso, duas estudantes negras da rede pública do ensino superior relatam, no estudo de Ana Cristina Valério *et al.*, (2021): “Eu sinto dificuldade com relação à escola pública que eu estudei toda a minha vida. Existia a deficiência de algumas disciplinas, e aí chegar até aqui com deficiência em química... a gente cursa um ano inteiro de bioquímica... é demais” (Valério *et al.*, 2021, p. 7). “Em relação até o acompanhamento dos outros colegas por terem estudado em escolas particulares e ter tido cursos, né? Então a minha maior dificuldade realmente foi essa. Foi chegar aqui e acompanhar todos” (Valério *et al.*, 2021, p. 7).

Ademais, o simples ato de ingressar no ensino superior vem carregado de desafios que vão se materializando no tempo. Alguns cursos, mais do que outros, irão exigir maior volume de estudos, tempo de dedicação e, principalmente, gastos com materiais. Essas novas exigências trazem muitas dificuldades para as estudantes negras, dado que muitas delas precisam conciliar os estudos com atividades domésticas e o trabalho remunerado, totalizando uma jornada dupla (ou tripla) no fim do dia. Tais adversidades no ensino superior são manifestadas no seguinte relato: “O curso é integral. Então demanda da gente muito tempo e muito dinheiro também para poder se alimentar e passar o dia todo aqui e ainda tem outras atividades extracurriculares que também demandam dinheiro, demandam tempo e essa foi uma das dificuldades que eu encontrei” (Valério *et al.*, 2021, p. 7).

Para muitas dessas mulheres, por serem afetadas pelos mais baixos níveis socioeconômicos e pela discriminação por sexo e raça, vão sendo criadas barreiras, tanto econômicas quanto aquelas produzidas

pela violência do sexismo e do racismo cotidianos (Góis, 2008). Logo, suas trajetórias são marcadas por desafios à sua permanência na universidade, explicitando que esse, estruturalmente, não é um espaço onde cabem todos os corpos, existindo, como efeito do racismo epistêmico (Grosfoguel, 2016), para poucos deles.

Branquitude, epistemicídio e desafios à permanência no ensino superior

De acordo com Sueli Carneiro (2023), a compreensão do racismo no Brasil implica conhecer os meios pelos quais ele opera. Ao cunhar o termo “dispositivo de racialidade”, a autora capta alguns dos principais mecanismos históricos, sociais, culturais e políticos que compõem um conjunto heterogêneo de fenômenos que sustentam as bases do racismo para que ele cumpra com o papel de garantir que a população negra permaneça em posições de subalternidade desde a escravidão, iniciada no século XVI. Esse processo ocorre por meio da falta de acesso à educação, da exclusão do mercado de trabalho ou das representações estereotipadas pelas mídias e pelo imaginário social, que associam o negro à pobreza, à delinquência e à incapacidade intelectual.

Concebendo as IES como reflexo do que acontece na sociedade em geral, o racismo que perpassa pela estrutura social adentra os muros das instituições e reverbera de inúmeras maneiras nas vivências de estudantes negras, podendo vir a ser prejudicial à sua permanência, produzindo hierarquias raciais, perpetuando as desigualdades e desumanizando essas mulheres. Em consonância com essa articulação, o preconceito e a discriminação se manifestam para além das IES, marcando negativamente as experiências dessas mulheres em locais onde ocorrem estágios e outras atividades curriculares. Essa dimensão da experiência é expressa neste relato:

Me doeum muito o fato de no primeiro dia eu chegar lá [local de estágio] com as tranças e os profissionais começaram a me olhar estranho. Me julgando por olhares, elas me olhavam e começavam a comentar umas com as outras. E... nossa, eu falando assim ... [choro] parece bem forte porque eu não comentei com ninguém, para algumas pessoas pode ser alguma coisa bem mínima, de só estarem olhando para você, mas que para a gente afeta muito (Valério *et al.*, 2021, p. 10).

É sabido que o racismo, para além de uma violência, é um mecanismo que opera para legitimar os privilégios da supremacia branca, em contraponto à marginalização dos povos negros. Nas IES, as estudantes negras enfrentam o demérito desde sua inserção, quando o senso comum insinua que a Lei de Cotas veio “facilitar” a entrada das pessoas negras nesses espaços (Santos; Scopinho, 2016). Apesar deste aparentar ser um apontamento um tanto quanto simplista, ele é fundamentado no mito da

democracia racial, que visa naturalizar as desigualdades sociais e negar o racismo existente no Brasil (Bento, 2022). Esse mito, por sua vez, inviabiliza o reconhecimento das dificuldades que as estudantes negras enfrentam em sua trajetória para ocupar as vagas no ensino superior e, também, a luta do Movimento Negro para garantir que a população negra tenha acesso equitativo à educação e a condições reais de permanência nas IES.

Cida Bento (2022) aponta um questionamento de extrema pertinência acerca da questão da desigualdade de raça no Brasil, ao fazer a seguinte indagação: “Fala-se muito na herança da escravidão e nos seus impactos negativos para as populações negras, mas quase nunca se fala na herança escravocrata e nos seus impactos positivos para as pessoas brancas” (Bento, 2022, p.23). Visando ilustrar essa dinâmica da branquitude dentro das IES, no estudo de Maria Mônica Divino e Roberta Romagnoli (2022) uma estudante da rede privada de ensino superior apontou que:

A gente vive num mundo em que o ser branco é o padrão, e qualquer coisa que foge ao padrão... ops! Qualquer coisa que foge ao “ser branco” já é exótico... E a universidade ela se assenta sobre esse lugar da branquitude, do privilégio branco, e se a gente não conseguir minimamente perceber essa questão do privilégio branco, pra minimamente dizer que ele existe, que ele está lá e que ele tece as nossas relações e que a gente é atravessado por ele o tempo todo, a discussão sobre o racismo é uma discussão... enfraquecida!!! (Divino; Romagnoli, 2022, p. 1115).

Em consonância com as violências racistas que emergem no interior das universidades, uma estudante negra relata: “Sofro o racismo estrutural de uma forma velada, as pessoas pensam como vão me atingir, testam minha inteligência o tempo inteiro, preciso comprovar que eu sei o que estou fazendo e falando, coisa que uma mulher branca não precisa fazer e não é questionada sobre os seus saberes” (Santos, 2021, p. 158).

Vê-se assim que, aqueles que portam privilégios sociais também usufruem de privilégios epistêmicos nas instituições acadêmicas. Tal dinâmica expressa os conceitos que Aníbal Quijano (2005) cunhou como colonialidade do poder, do saber e do ser. A colonialidade do poder indica que o racismo, a desigualdade e a dominação são partes centrais do mundo moderno e não meros resquícios do passado colonial. Essa lógica controla a sociedade, mantendo os privilégios de alguns em detrimento da exclusão de muitos, baseando-se na ideia de superioridade racial para hierarquizar os grupos sociais, colocando os brancos como superiores e os povos negros — bem como os indígenas e não europeus — como inferiores (Quijano, 2005).

Já a colonialidade do saber, nesse contexto acadêmico, impõe o conhecimento eurocêntrico como referência universal, desqualificando outros tipos de conhecimento, como as epistemologias não brancas

e os saberes ancestrais e populares. Atribui-se, desta forma, o pensamento e a razão à figura da supremacia branca, definindo estes como os sujeitos dignos e capazes de produzir conhecimentos e narrativas acerca de todos os outros segmentos da sociedade.

A colonialidade do ser, por fim, conforme problematiza Quijano (2005) e, também, conforme desenvolve Rita Segato (2021), atua diretamente na constituição da subjetividade, desumanizando aqueles que são dissidentes da norma branca, masculina e ocidental, destituindo-os do direito de ser e estar no mundo plenamente como sujeitos de fala e conhecimento. Logo, as estudantes negras, por serem duplamente subalternas — mulheres e negras — não poderiam ser nada além de consumidoras do que já chega formulado pela supremacia branca (Segato, 2021). Nesse sentido, no campo do conhecimento, da ciência propriamente dita, as mulheres negras lidam com o dilema de serem mero objeto de estudo e nunca produtoras de saber.

O epistemicídio transparece na vivência das estudantes negras desde cedo, fazendo com que estas ocupem um “não-lugar” em um espaço que não foi pensado para recebê-las. Pôde-se notar, em relatos de mulheres negras no ensino superior, que a falta de representatividade é algo que no dia a dia surge como mera casualidade, mas que escancara o apagamento da existência negra nas IES, dado que se encontram ausentes das salas de aula e da composição do corpo docente, ocupando majoritariamente as posições servis ou trabalhando no setor terceirizado. Essas questões podem ser observadas nos relatos coletados por Valério *et al.* (2021) e no estudo de Bruna Muñoz, Gisela Lays Oliveira e Alessandro Santos (2018), apresentados a seguir:

Falta muita identificação racial mesmo na universidade, aqui principalmente. Uma coisa que a gente sempre conversou, eu e meus amigos, é que a gente não se identificava com as pessoas que estão aqui, a gente não se identificava com os nossos professores... só tem uma professora, que ela não se autodeclara negra, mas a sociedade a lê como negra (Valério *et al.*, 2021, p. 9).

De fato não há a representatividade e a gente acaba não se sentindo bem porque não nos vemos lá e as práticas discriminatórias das pessoas que transitam por este espaço nos fazem acreditar mais ainda que este lugar não nos pertence (...) um currículo eurocêntrico que ensinou que lugares de conhecimento e poder são de pessoas brancas e as pessoas negras não chegaram lá (Muñoz; Oliveira; Santos, 2018, p. 35).

Também as matrizes curriculares dos cursos de ensino superior revelam a ausência de autorias negras, fazendo com que todo o cânone científico decorra de pensadores brancos, de modo que, raramente, para não se dizer nunca, saberes produzidos pela população negra são considerados. Essa não-identificação dentro das IES atinge as estudantes negras de amplos modos. Sobre isso, uma estudante negra discorre:

Tem uma matéria, que é sociologia brasileira. E aí eu estava dando uma olhada na ementa não tem nenhum autor negro. Tipo, nenhum... E aí, eu me incomodo com a ausência dos textos [de autores negros] nas ementas... Você tem que dar um jeito de ler as pessoas que você quer ler, os autores negros, para você, sei lá, fazer a sua pesquisa um dia, fazer uma série de coisas e ler todo mundo que é branco e ser bom nisso porque se você não for, não vai dar (Oliveira; Nunes; Antloga, 2019, p. 116).

Dentre as especificidades que surgem como desafios à permanência de estudantes negras no ensino superior, é possível destacar os esforços que as mulheres negras realizam para conseguir alcançar algum tipo de êxito nas atividades que exercem, devido ao racismo institucional e à desvalorização da mulher negra. Ademais, em decorrência do racismo estrutural, os esforços dessas estudantes para conseguir participar de estágios, pesquisas e atividades extracurriculares por vezes revelam processos essencialmente excludentes, devido ao fator racial e às marcas do epistemicídio, que as aprisionam na posição subalterna de meros objetos de estudo (Carneiro, 2023).

Tal situação é explicitada nos relatos de duas estudantes negras da rede pública do Estado de São Paulo, presentes no artigo de Nathalia Ester Guerra *et al.* (2024), em que elas expõem: “Já fui muito menosprezada. Até duvidaram das minhas notas ou até mesmo como passei na matéria difícil sem ter a reprovação. Isso, no tom de fala, como se eu fosse o perfil de reprovar” (Guerra *et al.*, 2024, p. 7). E: “A USP não é convidativa para pessoas como eu (...) se a universidade, a instituição fosse uma pessoa ela iria te seguir assim por onde você fosse e falar ‘vai embora, vai embora’ é assim que eu me sentia em muitos momentos, principalmente na pós-graduação” (Muñoz; Oliveira; Santos, 2018, p. 35).

Há também uma carga simbólica que acompanha a inserção de estudantes negras nas IES, principalmente aquelas sem trajetórias parentais anteriores nesses territórios. Essa realidade foi captada no relato de uma estudante negra que participou da pesquisa de Alessandra Santos (2021): “Meu ingresso no ensino superior foi um marco histórico para minha família, uma vitória e conquista coletiva em ser a primeira a entrar no ensino superior, cursei pedagogia” (Santos, 2021, p. 158). E, também, no relato de uma estudante negra que participou da pesquisa de Flávia Oliveira, Tayane Nunes e Carla Antloga (2019):

Meu avô falou que quando ele soube que eu estava fazendo graduação era como se ele tivesse vivendo de novo (...) e é uma coisa que me emociona muito. Reconhecer e ver a importância (...) para a vida dele. Ele vê isso (...), ele reviveu sim e eu vejo o quanto a questão racial realmente é importante nessa hora. Porque, sei lá, pro meu avô falar isso, quando o avô de outras pessoas já tem graduação, já é pós-doutorado, já é isso, já é aquilo. Fazer graduação pra todo mundo de outras classes é normal (Oliveira; Nunes; Antloga, 2019, p. 118-119).

O *status* vivenciado pelas estudantes negras em seus territórios por agora ocuparem espaços nunca acessados por nenhum dos seus antepassados vem acompanhado de uma intensa autocobrança para continuarem sendo “dignas” de tal merecimento (Oliveira; Nunes; Antloga, 2019). Essa pressão

também é impulsionada pela tentativa de subverter uma história familiar pautada na miséria, buscando novas perspectivas de ascensão no mercado de trabalho por meio do ensino superior. Para algumas dessas mulheres, a autocobrança pode alcançar níveis tão elevados que acaba resultando em adoecimento mental que, mais tarde, poderá ser reconhecido como consequência do racismo e dos meios pelos quais ele opera (Valério *et al.*, 2021).

Paralelamente, por estarem em constante movimento para se diferenciarem e demonstrarem ser merecedoras da ocupação das vagas de ensino superior, muitas estudantes negras travam uma luta individual penosa contra um mecanismo de subalternização já instituído há séculos. Marcadas pela falta de representatividade de colegas negras, pelas dificuldades materiais para se manterem dentro desses espaços e pelas violências e microagressões do racismo cotidiano, muitas estudantes experienciam a sensação de não integrarem o ambiente das IES e, algumas vezes, de não estarem no curso certo. Essas percepções ganham concretude nos seguintes relatos de estudantes: “Uma vez eu até duvidei que estava no curso certo e me propiciou uma crise de ansiedade muito forte. Mesmo indo bem eu tinha o sentimento de continuar reafirmando os que me magoaram (Guerra *et al.*, 2024, p. 7). E: “Me fez duvidar de mim mesma, de toda minha capacidade e, inclusive, se eu servia para executar atividades ou até mesmo continuar na área” (Guerra *et al.*, 2024, p. 7).

A partir do acúmulo de experiências aversivas, a autossabotagem — também nomeada como “síndrome da impostora”⁴ — pode emergir como uma expressão particular de insegurança cognitiva em estudantes negras, desencadeando sintomas como ansiedade, autocrítica exacerbada, dúvidas recorrentes sobre as próprias capacidades e o temor persistente de serem expostas como uma fraude (Pereira *et al.*, 2024). Tais sentimentos podem ser potencializados de acordo com os marcadores sociais de cada indivíduo e ocupam um papel substancial no adoecimento mental de estudantes negras, o que, junto à não identificação com o ambiente acadêmico, pode acarretar a evasão do ensino superior. Esse processo subjetivo é evidenciado no relato coletado no estudo de João Paulo Siqueira e Rodrigo Ramos (2021):

Quando eu entrei na universidade foi um grande susto, porque eu nunca tinha visto tantas pessoas brancas num só ambiente, um curso extremamente branco. (...) quando entrei e vi o tanto de pessoas brancas, percebi melhor a questão racial, então foram muitas autossabotagens, medo de produzir. Em vários momentos não era chamada para participar de projetos e eram sempre o mesmo tipo de pessoa que eram convidadas, garotas de escolas privadas de elite. Então vem muito

⁴ A Síndrome do Impostor (SI) foi identificada e abordada inicialmente por Pauline Rose Clance e Suzanne Imes (1978), ao observarem um grupo de mulheres bem-sucedidas que buscavam explicar o sucesso alcançado como sendo fruto de sorte. Para as autoras, o impostor acredita ser uma fraude e não merecedor do sucesso alcançado, apresentando medo de que os outros lhe percebam como essa suposta fraude intelectual.

forte a autossabotagem, de ter medo (...) passei com nota alta no processo seletivo, mas quando entrei veio todo o medo (Siqueira; Ramos, 2021, p.12).

A reprodução das violências racistas dentro das IES evidencia como o ambiente acadêmico, longe de ser inclusivo e acolhedor, perpetua a exclusão de corpos negros e reproduz os privilégios da branquitude. Para ilustrar essa realidade brutal, uma estudante negra relata no estudo de Evelylyn Rosa e Míriam Cristiane Alves (2020):

Uma das épocas mais tristes que eu passei foi quando eu desisti de querer estudar, de querer estar dentro do curso. Foi quando uma professora minha branca foi racista comigo na frente da minha turma inteira (...) Eu fiquei longe, nunca mais fui à aula, não tem como. Eu fui largando aos poucos, mas depois eu larguei tudo de vez. Eu demorei muito a me interessar por estudar, acho que fiquei um ano e meio onde estudar me doía. Só agora depois de dois anos eu estou voltando a estudar (Rosa; Alves, 2020, p. 7).

Para finalizar, um caso representativo dessa lógica estrutural, fundamentada na branquitude e no epistemicídio, que gera exclusão e compromete a permanência de estudantes negras nas IES, ocorreu recentemente em uma IES do Estado de São Paulo: segundo o portal Geledés (2024), durante um jogo universitário, estudantes da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP) entoaram o coro “pobre e cotista” como ofensa contra alunos negros da Universidade de São Paulo (USP). Tal episódio revela o racismo estrutural que atravessa as dinâmicas institucionais e subalterniza corpos racializados, reforçando estigmas e naturalizando desigualdades raciais e de classe no ambiente acadêmico.

Estratégias de resistência e enfrentamento ao racismo no ambiente acadêmico

No tocante às estratégias de enfrentamento ao racismo no ambiente acadêmico, nos artigos coletados percebeu-se, por meio das falas das entrevistadas, um fator central que auxilia na permanência dentro das IES: o aquilombamento⁵. As estudantes apontaram que os espaços criados dentro das IES, a partir de coletivos negros e outras redes de apoio que são compostas por docentes e discentes negras, auxiliam na permanência de maneira concreta e simbólica, fortalecendo a trajetória dessas mulheres com acolhimento e troca de experiências sobre as dificuldades de permanência no ensino superior. Para elucidar a importância do aquilombamento, seguem duas falas de estudantes negras: “Quando eu entrei na UNB, busquei me aproximar de pessoas parecidas comigo, foi um processo natural de identificação. O

⁵ “Aquilombamento” tornou-se um termo popular na cultura negra brasileira entre grupos negros engajados na resistência. Para esses grupos, o “quilombo” é entendido como uma tecnologia social de resistência que promove o “estar junto”, ampliando saberes, cultura, identidade e histórias ancestrais. Assim, aquilombar-se representa, para os negros, uma forma de ser no mundo (Batista, 2019, p. 399).

Quilombo UNB era um espaço muito importante de acolhimento e afeto. Estar com pessoas negras mostra que você não está só, é uma rede de apoio e de bem-estar" (Siqueira; Ramos, 2021, p.14).

Estar vinculado a um coletivo é fundamental para a sobrevivência afetiva. Na sala de aula, somos muito "não vistos", as nossas falas não são muito levadas a sério. Eu vejo que minha forma de me colocar, antes eu evitava falar em sala, eu tinha muito medo de ter minha fala desconsiderada. A partir da vivência com pessoas negras, pude me perceber uma pessoa falante e que tava tudo bem, talvez eu pudesse me importar menos com a receptividade da branquitude, e só dizer o que era importante pra mim, talvez ressoasse nas outras pessoas negras da turma, isso bastava para me sentir bem em falar (Siqueira; Ramos, 2021, p.14-15).

O aquilombamento surge nesse sentido como ferramenta de promoção de saúde mental, gerando recursos para restaurar e fortalecer a autoestima dessas estudantes. Ainda nesse sentido, o aquilombamento auxilia as estudantes negras no desenvolvimento da autodefinição e da autoavaliação (Collins, 2016), estratégias necessárias para a resistência e sobrevivência de mulheres negras já descritas anteriormente:

Estar nesta universidade para mim é um orgulho muito grande, ver diariamente o curso onde estou cheio de pessoas negras me motiva bastante... a gente se vê em níveis de igualdade, sabe que o que eu sinto pode ser algo semelhante ao que outra pessoa sentiu, então tu sente um porto seguro em ver mais pessoas negras ali (Rosa; Alves, 2020, p. 9).

E eu caminhei durante muito tempo até eu encontrar alguém que minimamente compartilhasse esse mesmo tipo de experiência e isso me deu... força pra continuar REAL assim, sabe?! Se tornou menos violenta minha permanência na universidade depois que encontrei pessoas em que eu pude, com quem eu pude dividir as minhas experiências e em que eu podia me apoiar e ser apoio também (Divino; Romagnoli, 2022, p. 1118).

Logo, o aquilombamento se apresenta como uma ferramenta de promoção de saúde mental, que proporciona às estudantes negras se autodefinirem e se autoavaliarem de maneiras positivas frente às violências racistas no interior das IES (Siqueira; Ramos, 2021).

Considerações finais

A partir das contribuições do feminismo negro e da análise dos relatos encontrados, observou-se que as experiências das estudantes negras nas IES se aproximavam quanto às suas trajetórias acadêmicas, às violências racistas vivenciadas e ao racismo estrutural que dificultava seu acesso ao ensino superior. Desse modo, a análise revelou que suas experiências no acesso e permanência nas IES ultrapassam o âmbito individual, sendo atravessadas por fatores históricos, sociais e culturais que, desde o período colonial, mantêm corpos na subalternidade. Com base no conceito de experiência de Joan Scott (1999), comprehende-se que essa é uma questão coletiva, cuja individualização empobrece o debate sobre

equidade racial e de gênero. Logo, os relatos analisados não são um produto final, mas o ponto de partida para entender como essas dificuldades são construídas.

A análise dos relatos de estudantes negras revelou dificuldades enfrentadas nas IES, sobretudo para quem vem de contextos marcados por adversidades socioeconômicas. Devido às mazelas históricas da sociedade, a população negra teve a pobreza instituída como condição crônica de sua existência (Gonzalez, 2020), o que se reflete no cansaço relatado por algumas estudantes por terem que “dar conta” de viver uma jornada dupla ou tripla de trabalho, em oposição a colegas que conseguem usufruir de recursos que os permitem destinar seu tempo exclusivamente para os estudos e o desenvolvimento acadêmico.

No tocante às barreiras institucionais, a universidade, ao compactuar com a centralização epistêmica, contribui para a reprodução das desigualdades simbólicas, negando legitimidade às experiências e epistemologias plurais que compõem o tecido social brasileiro. Sendo os conhecimentos, os saberes e a cultura da população negra destituídos de qualquer prestígio nas IES, as mulheres negras encontram-se despersonalizadas e sem um ponto central de referenciação para afirmarem suas raízes, suas identidades e construírem uma subjetividade positiva.

À luz do feminismo negro e decolonial, entende-se que a herança escravocrata instituiu nas relações sociais as desigualdades de raça, gênero e classe, criando lacunas para a população negra, em especial as mulheres, desde o período colonial. Além disso, a oferta de um ensino público de qualidade, que deveria ser o responsável por possibilitar o acesso ao ensino superior, é afetada por um modelo de sociedade pautado na lógica capitalista, que mercantiliza o conhecimento e reforça a privatização do ensino, aprofundando ainda mais as desigualdades históricas de acesso e permanência. Cabe assinalar ainda, que o mito da democracia racial opera como uma estratégia ideológica funcional à manutenção da supremacia branca no Brasil, legitimando desigualdades profundas, naturalizando a exclusão de corpos historicamente subalternizados e dificultando a implementação de políticas de equidade racial, a exemplo da Lei de Cotas, que é constantemente alvo de críticas pelo imaginário social (Bento, 2022).

Apesar das inúmeras adversidades discorridas, os relatos das universitárias demarcaram como a comunhão dessas mulheres umas com as outras, através do aquilombamento, possibilita a criação de espaços seguros e de resistência que não violentam a existência dos seus corpos, evidenciando os processos de autodefinição e autoavaliação tratados por Collins (2016).

Em conclusão, ressalta-se que, apesar das estratégias de resistência criadas pelas mulheres negras no ensino superior, cabe às IES se responsabilizarem para atuar frente a essa problemática a nível coletivo

e institucional, criando espaços que auxiliem a permanência, tanto material quanto simbólica, desses corpos. Consequentemente, a perpetuação do racismo epistêmico dentro das IES, e o modo como compactuam com o adoecimento mental e a evasão de estudantes negras, remete à necessidade de criação de setores institucionais que tenham como objetivo a luta contra o racismo e a promoção de espaços educacionais seguros e equitativos, que estejam em conformidade com as diretrizes dos Direitos Humanos. Dessa forma, as discussões aqui apresentadas contribuem não apenas para fomentar o debate no campo acadêmico e promover maior compreensão das trajetórias de estudantes historicamente subalternizadas, mas também para subsidiar políticas de inclusão mais eficazes e práticas pedagógicas que contemplam tanto o acesso quanto a permanência de mulheres negras que se inserem no ensino superior.

Agradecimentos

Ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), pelo financiamento desta pesquisa por meio de concessão de bolsa de iniciação científica. O presente trabalho foi realizado com o apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) - Código de Financiamento 001.

Referências

AGÊNCIA BRASIL. Mulheres negras são 65% das trabalhadoras domésticas no país. 2022. Disponível em:

<https://agenciabrasil.ebc.com.br/geral/noticia/2022-04/mulheres-negras-sao-65-das-trabalhadoras-domesticas-no-pais>. Acesso em: 7 jan. 2025.

AGÊNCIA TATU. Mulheres são mais de 60% dos concluintes de cursos de graduação no Brasil. 2024. Disponível em: <https://www.agenciatatu.com.br/noticia/mulheres-cursos-de-graduacao/>. Acesso em: 8 jan. 2025.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DAS UNIVERSIDADES COMUNITÁRIAS (ABRUC). Percentual de mulheres brancas com ensino superior é o dobro do registrado entre pretas ou pardas. 2024. Disponível em: <https://www.abruc.org.br/percentual-de-mulheres-brancas-com-ensino-superior-e-dobro-do-registrado-entre-pretas-ou-pardas/>. Acesso em: 7 jan. 2025.

BATISTA, Paulo César. O quilombismo em espaços urbanos: 130 anos após a abolição. **Extraprensa**, São Paulo, v. 12, n. esp., p. 397-416, set. 2019. Disponível em: <https://doi.org/10.11606/extraprensa2019.153780>. Acesso em: 24 abr. 2025.

BENTO, Cida. **O pacto da branquitude**. São Paulo: Companhia das Letras, 2022.

BRASIL. Lei nº 12.711, de 29 de agosto de 2012. **Dispõe sobre o ingresso nas universidades federais e nas instituições federais de ensino técnico de nível médio e dá outras providências**. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, 30 ago. 2012. Disponível em:

https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2011-2014/2012/lei/l12711.htm. Acesso em: 11 ago. 2025.

CARNEIRO, Sueli. **Dispositivo de racialidade**: a construção do outro como não ser como fundamento do ser. Rio de Janeiro: Zahar, 2023.

CLANCE, Pauline Rose; IMES, Suzanne Ament. The imposter phenomenon in high achieving women: dynamics and therapeutic intervention. **Psychotherapy: Theory, Research & Practice**, v. 15, n. 3, p. 241, 1978. Disponível em: https://paulineroseclance.com/pdf/ip_high_achieving_women.pdf. Acesso em: 19 jun. 2025.

CNN BRASIL. **Censo 2022: número de pretos e pardos com nível superior cresceu 5 vezes**. 20 jan. 2023. Disponível em: <https://www.cnnbrasil.com.br/educacao/censo-2022-numero-de-pretos-e-pardos-com-nivel-superior-cresceu-5-vezes/>. Acesso em: 19 jun. 2025.

COLLINS, Patricia Hill. Aprendendo com a outsider within: a significação sociológica do pensamento feminista negro. **Sociedade e Estado**, Brasília, v. 31, n. 1, p. 99–127, jan./abr. 2016. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0102-69922016000100006>. Acesso em: 29 mai. 2025.

DIVINO, Maria Mônica Gomes; ROMAGNOLI, Roberta Carvalho. Inserção e permanência de prounistas negras: uma experiência institucional em análise. **Estudos e Pesquisas em Psicologia**, Rio de Janeiro, v. 22, n. 3, p. 1103-1123, set./dez. 2022. Disponível em: <https://doi.org/10.12957/epp.2022.69803>. Acesso em: 29 mai. 2025.

GELEDÉS. **Estudantes da PUC-SP gritam “cotista” e “pobre” contra alunos da USP como ofensa em jogo universitário**. 2024. Disponível em:
<https://www.geledes.org.br/estudantes-da-puc-sp-gritam-cotista-e-pobre-contra-alunos-d-a-usp-como-ofensa-em-jogo-universitario/>. Acesso em: 7 jan. 2025.

GÓIS, João Bôsco Hora. Quando raça conta: um estudo de diferenças entre mulheres brancas e negras no acesso e permanência no ensino superior. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 16, n. 3, p. 743–768, dez. 2008. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0104-026X2008000300002>. Acesso em: 7 jan. 2025.

GONÇALVES, Renata; AMBAR, Gabrielle. A questão racial, a universidade e a (in)consciência negra. **Lutas Sociais**, São Paulo, v. 19, n. 34, p. 202-213, jul. 2015. Disponível em:
<https://revistas.pucsp.br/index.php/ls/article/view/25767>. Acesso em: 10 jun. 2025.

GONZALEZ, Lélia. **Por um feminismo afro-latinoamericano**: ensaios, intervenções e diálogos. Rio de Janeiro: Zahar, 2020.

GROSFOGUEL, Ramón. A estrutura do conhecimento nas universidades ocidentalizadas: racismo/sexismo epistêmico e os quatro genocídios/epistemicídios do longo século XVI. **Revista Sociedade e Estado**, Brasília, v. 31, n. 1, jan./abr. 2016. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0102-69922016000100003>. Acesso em: 10 jun. 2025.

GUERRA, Nathalia Ester Martins *et al.* O racismo institucional na universidade e consequências na vida de estudantes negros: um estudo misto. **Ciência & Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v. 29, n. 3, mar. 2024. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1413-81232024293.04232023>. Acesso em: 29 mai. 2025.

KÖCHE, José Carlos. **Fundamentos de metodologia científica**: teoria da ciência e iniciação à pesquisa. Petrópolis, RJ: Vozes, 2003.

MUÑOZ, Bruna Lanzoni; OLIVEIRA, Gisela Lays dos Santos; SANTOS, Alessandro de Oliveira dos. Mulheres negras acadêmicas: preconceito, discriminação e estratégias de enfrentamento em uma universidade pública do Brasil. **Interfaces Brasil/Canadá**, Pelotas, v. 18, n. 3, p. 28–41, dez. 2018. Disponível em: <https://doi.org/10.15210/interfaces.v18i3.14420>. Acesso em: 5 jun. 2025.

OLIVEIRA, Flavia.; NUNES, Tayane.; ANTLOGA, Carla. Dinâmica de prazer e sofrimento de estudantes negras de faculdades de Brasília – Epistemicídio, racismo e machismo. **Psicologia Revista**, São Paulo, v. 28, n. 1, p. 103–124, 2019. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/index.php/psicorevista/article/view/38914/29434>. Acesso em: 9 jan. 2025.

PEREIRA, Larissa Mirelle de Oliveira *et al.* Impacto da Síndrome do Impostor no âmbito acadêmico e profissional. **Revista Eletrônica Acervo Saúde**, v. 24, n. 3, p. e15278, mar. 2024. Disponível em: <https://acervomais.com.br/index.php/saude/article/view/15278>. Acesso em: 10 ago. 2025.

QUIJANO, Aníbal. Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina. In: LANDER, Edgardo (Org.). **A colonialidade do saber**: eurocentrismo e ciências sociais – perspectivas latino-americanas. Buenos Aires: CLACSO, 2005. (Colección Sur), p. 107–130. Disponível em: https://biblioteca.clacso.edu.ar/clacso/sur-sur/20100624103322/12_Quijano.pdf. Acesso em: 5 jun. 2025.

ROSA, Evellyn Gonçalves da; ALVES, Míriam Cristiane. Estilhaçando a máscara do silenciamento: movimentos de (re) existência de estudantes negros/negras. **Psicologia: Ciência e Profissão**, v. 40, p. e229978, 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1982-3703003229978>. Acesso em: 19 jun. 2025.

SANTOS, Alessandra Barbosa. Mulheres negras, ensino superior e sucesso profissional: enfrentando o racismo. **Caminhos da Educação: Diálogos, Culturas e Diversidades**, Teresina, v. 3, n. 2, p. 143-173, mai./ago. 2021. Disponível em: <https://periodicos.ufpi.br/index.php/cedsd/article/view/2377>. Acesso em: 29 mai. 2025.

SANTOS, Elisabete Figueroa dos; SCOPINHO, Rosemeire Aparecida. Desigualdades raciais, mérito e excelência acadêmica: representações sociais em disputa. **Psicologia: Ciência e Profissão**, Brasília, v. 36, n. 2, p. 267–279, abr./jun. 2016. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1982-3703000532014>. Acesso em: 10 jun. 2025.

Kellen Oliveira Garcia; Isabela Saraiva de Queiroz; Larissa Cristine Oliveira Ribeiro

SCOTT, Joan Wallach. Tornando-se visível. In: SCOTT, Joan Wallach. **Falas de gênero**. Florianópolis: Editora Mulheres, 1999. p. 21–55. Disponível em: https://www.historiacultural.mpbnet.com.br/feminismo/Joan_Scoot-Experiencia.pdf. Acesso em: 19 jun. 2025.

SEGATO, Rita. **Crítica da colonialidade em oito ensaios**: e uma antropologia por demanda. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2021.

SIQUEIRA, João Paulo; RAMOS, Rodrigo Maciel. As (re)configurações subjetivas e identitárias de negros na Universidade: fricções epistêmicas e aquilombamento acadêmico. **Quaderns de Psicologia**, Barcelona, v. 23, n. 3, p.e1766, jul./set. 2021. Disponível em: <https://www.quadernsdepsicologia.cat/article/view/v23-n3-siqueira-ramos>. Acesso em: 4 jun. 2025.

VALÉRIO, Ana Cristina de Oliveira *et. al.* Racismo e participação social na universidade: experiências de estudantes negras em cursos de saúde. **Cadernos Brasileiros de Terapia Ocupacional**, São Carlos, v. 29, n. 1, p. e3007, 2021. Disponível em:

<https://www.cadernosdeterapiaocupacional.ufscar.br/index.php/cadernos/article/view/3007>. Acesso em: 11 ago. 2025.

Revisão textual e de normas da ABNT realizada por: Marina Naves Saraiva de Melo e Queiroz.